

**AEPET**

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS

PETROBRÁS	
AGO <input checked="" type="checkbox"/>	AGE <input type="checkbox"/>

Data:

A Mesa atesta o recebimento deste documento

Senhores acionistas,Ass. 

A AEPET, na qualidade de acionista da Petrobrás, vem expor o seu voto através de seu representante na Assembléia Geral Ordinária de 29/04/2015, bem como solicitar a sua transcrição na Ata da reunião.

Tal pleito se torna imperativo no momento em que a Petrobrás vive uma profunda crise decorrente de: interferência política na sua gestão; das fragilidades dos controles internos e do favorecimento a fornecedores, além de outras situações que exigem um posicionamento público, claro, firme e transparente de seus acionistas com vistas à preservação da Companhia.

Assim sendo, a AEPET considerando as situações ocorridas, posiciona-se fortemente contrária à eleição de membros para o Conselho de Administração que atuem no mercado em atividades que envolvam negócios com a Petrobrás, que possam caracterizar conflito de interesses.

Portanto, respeitosamente registra seu voto contrário à eleição do Dr. Murilo, presidente da Vale, para presidir o CA da Petrobrás, pelos motivos expostos.

A AEPET aproveita para alertar os novos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal para situações mencionadas a seguir, que demandam o envolvimento dos mesmos haja vista a sua responsabilidade legal.

Não está sendo obedecido o marco legal para gestão das Empresas Estatais que garanta uma atuação independente e competitiva nos moldes de empresa privada, mas que mantenha a Função Social para a qual ela existe. Assim, devem ser estabelecidos novos critérios para que a escolha dos membros da Diretoria, do Conselho de Administração e Ouvidoria, que privilegie a competência, independência, a ética e a idoneidade, garantindo o cumprimento de sua Função Social.

Fomos contra a indicação de conselheiros como Fabio Colleti Barbosa (presidente do Santander, dono da Repsol, concorrente da Petrobrás) e Jorge Gerdau (chefe do lobby que derrubou o monopólio da União sobre o petróleo). O C.A. não tem tido chance de atuação real, mas seus membros têm acesso a informações privilegiadas. Assim, o modelo atual gerou sérios problemas para a Companhia, a saber:

1. A corrupção da estatal, que é um problema histórico, tem natureza sistêmica e vai muito além da Petrobrás e do governo de plantão. Ocorrendo, inclusive, nas empresas internacionais privadas, as maiores corruptoras. No entanto, é inegável a fragilização institucional da companhia na relação com seus fornecedores de bens e serviços.
2. A AEPET vem denunciando os desvios na relação entre empresários privados e a Petrobrás, através de cartas à diretoria e em votos nas AGO's. Apontamos, por exemplo, os contratos do tipo EPC – pacotes -



como nefastos por sistematizar o cartel, aumentar custos, baixar a qualidade e tornar a Companhia refém do Contratado. A condução dos empreendimentos do COMPERJ, RNEST, PREMIUM 1 e PREMIUM 2 foi efetivada usando esse modelo, verdadeiro retrocesso em relação à bem sucedida prática histórica da Petrobras. E deu resultados, – absurdamente lesivos.

3. Para ajudar a sanar essas fragilidades enviamos carta ao presidente Aldemir Bendine em 17 de março de 2015, na qual detalhamos 14 iniciativas de natureza corporativa para a defesa da companhia. Essas propostas foram resultados do trabalho voluntário de muitos profissionais experientes e competentes. A carta pode ser encontrada no portal da internet, www.aepet.org.br, Algumas das propostas:
 - 3.1 Que a gestão dos recursos de P&D priorize a atuação direta do corpo técnico próprio e o desenvolvimento de cooperativas especializadas de profissionais brasileiros.
 - 3.2 Que a Petrobrás utilize, em seus projetos, suas Tecnologias Proprietárias sempre que disponíveis.
 - 3.3 Que a Petrobrás contrate os projetos de detalhamento (executivo) somente após a conclusão dos projetos básicos;
 - 3.4 Que o projeto executivo e a construção/montagem não sejam executados pela mesma empresa;

FORTALECIMENTO INTERNO DA PETROBRÁS -TRANSPARÊNCIA, DEMOCRACIA NO LOCAL DE TRABALHO E CONTROLE SOCIAL

Para assegurar que a riqueza gerada pela Petrobrás seja destinada ao benefício de todos os brasileiros devem ser revistos os princípios de Governança da companhia. Não é necessária uma nova diretoria para isto. Basta os dirigentes respeitarem os regulamentos da Companhia.

A direção vigente é demasiado hierárquica e autocrática e não serve a uma Companhia estratégica que objetiva promover o desenvolvimento do País — o que significa atuar na prevenção à corrupção, na geração de empregos, na relação com o meio ambiente e na gestão de recurso estratégico como é o petróleo. É necessário subordinar a Petrobrás ao interesse dos brasileiros, em oposição aos interesses privados de empreiteiros, de partidos políticos e do cartel do petróleo,

A Petrobrás deve ter máxima transparência na gestão em relação à sociedade e ao conjunto dos petroleiros. Democracia nos locais de trabalho, fim do assédio moral e valorização da competência para que os trabalhadores se engajem na defesa da Companhia e influenciem nas decisões que melhorem o futuro dos brasileiros.



CONSELHEIROS E DIRETORES DEVEM CORRIGIR RUMOS TAIS COMO:

TERCEIRIZAÇÃO

A terceirização atingiu um nível tão elevado e perigoso que pode destruir a Petrobrás. É uma situação inaceitável a de depender de mais de 300.000 trabalhadores, precarizados, sem treinamento e sem encargos sociais. E boa parte deles trabalha em atividades fim e estratégicas, inclusive, na área de pesquisas do CENPES. A terceirização põe em risco o futuro da Companhia, pela perda de sua autonomia e da capacidade de controle sobre seu destino.

RECUPERAÇÃO FINANCEIRA DA PETROBRÁS

A Petrobras é a petroleira mais viável do planeta, foi levada a uma fragilidade financeira, decorrente não só da corrupção e superfaturamento, mas principalmente, do fato de o Governo impor, anos seguidos, a política de importação de derivados, abastecendo o mercado interno a um preço inferior ao custo do que importava. A AEPET vem sustentando nas AGO's que o programa, sendo do Governo, deve ser por ele suportado. Segundo cálculo de conselheiros, independentes, este prejuízo superou a R\$ 60 bilhões. Tem de ser repostado pelo Governo, mas os dirigentes não cobram.

A Conseqüência funesta é tentar sanear financeiramente a Companhia através de medidas como venda de ativos na hora errada, a preço de banana.

A acionista AEPET, inclusive se posiciona contrariamente à venda de ativos, especialmente os de alto valor estratégico, neste momento de preço baixo, embora temporário, do petróleo. Os ativos de todas as companhias estão desvalorizados. Não é hora de vender. É ainda mais preocupante ver a Diretora de E&P pregar a venda de ativos do pré-sal para dividir riscos, ou seja, vender bilhetes premiados para dividir riscos.

O CASO DA PETROS

- 1- A Petrobrás, como principal patrocinadora dos planos de previdência complementar, não exerce sua responsabilidade, imposta pela legislação vigente, e que eliminaria o aparelhamento político-partidária na administração da PETROS e garantiria a implantação de uma gestão paritária, com participação na Diretoria Executiva da Fundação de membros eleitos pelos participantes e assistidos, como prevê a Constituição Federal; é necessária a imediata implantação do Comitê Gestor dos Investimentos, com composição paritária e eleito pelos participantes, como consta do Estatuto da Fundação.



Como o presidente Bendine bem sabe por sua experiência no Banco do Brasil, a Previ é uma Fundação eficiente por ter seus diretores eleitos e originários do Banco, portanto, ciosos da obrigação de administrar bem o seu próprio patrimônio.

ATUAÇÃO DA PWC NA PETROBRÁS

Durante o desenrolar da Operação Lava-Jato foi muito questionada a atuação da PWC, Auditora Externa da Petrobrás e suas antecessoras, pela aprovação dos Balanços desde 2004 sem apontar os desvios que estavam ocorrendo, culminando com a polêmica da não aprovação das Demonstrações Contábeis de 2014.

Na divulgação do balancete do 3º trimestre/2014 a PWC fez uma série de exigências para assinar aquelas demonstrações, entre elas a de que nenhuma pessoa envolvida na Operação Lava-Jato estivesse ligada às contas apresentadas pela Companhia, o que resultou no atribulado, porém correto, afastamento do ex-presidente da Transpetro.

Enquanto a Petrobrás e a PWC discutiam novas formas de cálculo sobre o quanto baixar nas contas, venceu no final de 2014 o contrato da PWC com a Petrobrás. Esse contrato, como usual nesse tipo de instrumento, previa sua renovação automática por mais dois anos, com cláusula de reajuste já definida no contrato original.

A PWC não aceitou essa renovação automática por julgar que a nova realidade da Companhia exigia um maior trabalho e participação de auditores mais experientes, o que se traduziria em reajuste superior ao contratado.

Cabia à Petrobrás fazer nova licitação onde a livre concorrência definiria novos preços para o trabalho. Em vez disto, ela fez uma única carta-convite à própria PWC, que apresentou uma proposta de US\$ 47 milhões/ano, quando o contrato anterior era de US\$19 milhões, resultando em reajuste de 147% (!?).

A posição da PWC é desconfortável: como explicar que não viu nada de estranho nos balanços que assinou nos anos de 2012, 2013 e nos dois primeiros trimestres de 2014, enquanto a Operação Lava-Jato indica que desde, 2004 já havia ativos envolvidos em corrupção e sobre preço?

A PWC não notou que um ativo como a RNEST estava contabilizado por valores de US\$18 bilhões quando pelas métricas internacionais deveria ser de US\$ 8 bilhões? Só após as denúncias da Operação Lava-Jato a PWC viu erros nos custos apresentados? Então, para que serve uma auditoria externa?

É oportuno lembrar o episódio do planejamento para o RH da Petrobrás feito por ela e que recomendava o amesquinramento do Plano de Previdência e da AMS e entendia previdência e assistência médica como custeios para a Companhia e não, como investimentos de alto retorno pela tranquilidade e segurança que proporcionam aos trabalhadores que respondem com seu trabalho de alto nível e com sua fidelidade à Petrobrás.



PLANEJAMENTO E GESTÃO DA COMPANHIA

O presidente Bendine declarou, em entrevista à imprensa, que o planejamento da Companhia tem sido ruim. É verdade. A PWC no estratégico e o Boston Group, no tático-operacional têm muitas falhas. São empresas estrangeiras de países que querem que a Petrobrás fracasse para que eles abocanhem o pré-sal.

Outro fato relevante a ser revisto é o do depoimento da ex-presidente Graça Foster, no Senado Federal: o Centro Integrado de Processamento de dados da Companhia tem 35 empresas operando, sendo 16 brasileiras, 14 americanas e 5 de outros países; a criptografia dos dados é feita por três companhias americanas; o software que roda dados geofísicos é da Halliburton, o que resulta a total falta de confidencialidade de dados estratégicos sobre as riquezas do País. O ex-técnico da NSA (ANS), Edward Snowden através do Wikileaks, denunciou que, a cada 72 horas, uma massa de dados da Petrobrás é remetida para os "Five Eyes" – EUA, Grã-Bretanha, Austrália, Nova Zelândia e Canadá.

PARALISAÇÃO DE OBRAS

Outra falha de gestão: entendemos que é um erro paralisar as obras do Comperj, por vários motivos:

O País precisa ampliar o parque de refino para acabar com essa importação que tanto fragilizou a Petrobras. A paralisação causa desemprego brusco e não gradativo, não dando tempo aos empregados de se relocarem, resultando em sérios prejuízos sociais;

1. paralisar qualquer obra resulta em prejuízo da ordem de 2 a 5% do valor global, investido, por mês, com condicionamento e preservação dos grandes equipamentos já adquiridos, a manutenção do que já foi construído, além de a retomada da obra também contribuir para prejuízos irreparáveis já tem unidade de refino com 86% da realização, sendo, portanto erro ainda mais grave paralisá-las.

QUEREMOS LEMBRAR AINDA QUE:

O pré-sal tem um potencial de reserva da ordem de 300 bilhões de barris, dos quais 60 bilhões já foram descobertos pela Petrobrás (Tupi-9 bilhões de barris; Franco – 10 bilhões; Libra 15 bilhões; Iara – 4 bilhões; Sapinhoá - 2 bilhões; Área das Baleias – 6 bilhões; Carioca e outros – 14 bilhões); Já temos então autossuficiência para mais de 50 anos.

Somando-se a Bacia de Campos e demais, com 14 bilhões, a Petrobrás é a companhia que tem o maior portfólio de campos a serem postos em produção. Não faz sentido reduzir investimentos no refino, em que estamos deficitários e



vender ativos, para acelerar a produção de petróleo para exportação. Essa imposição do Governo é deletéria, à Petrobras e ao interesse estratégico do País, tudo para atender exclusivamente os Países petróleo-dependentes, entregando-lhes o nosso presente e o nosso futuro. Uma gestão com independência coibiria isto.

A Petrobrás ganhou pela terceira vez - fato inédito no setor – o prêmio da OTC – Offshore Technology Conference, por sua competência em tecnologia em águas ultra-profundas, além do prêmio de excelência em engenharia pelo SPE – Sociedade Mundial de Engenheiros do Petróleo;

O preço baixo do petróleo é temporário por uma questão geopolítica: os EUA querem desestabilizar a Rússia, a exemplo do que fez em 1990 com a União Soviética, e os BRICS, que ameaçam a sua hegemonia. Esse preço do barril não se sustenta nesse patamar, pois estamos em pico de produção mundial, com perspectivas de voltar a subir em menos de dois anos.

A Petrobrás foi criada para suprir o mercado nacional de combustível aos menores preços e promover o desenvolvimento social e tecnológico do País, o que tem feito de forma admirável, e tornando-se, também, em 60 anos uma das maiores petroleiras do mundo, o que lhe facilita o crédito.

A Noruega, até a década de 60, era o segundo país mais pobre da Europa. Com a descoberta do seu petróleo no Mar do Norte e uma administração dessa riqueza para o bem do País, ela se tornou o país mais desenvolvido do mundo, sendo que, nos últimos cinco anos tem o melhor IDH do planeta. E nós temos muito mais petróleo e riquezas do que eles.

Esta é para o representante do Acionista Majoritário – o Governo: Todos os países que entregaram seu petróleo para as multinacionais estão na miséria: Nigéria, Angola, Gabão, Líbia, Síria, Afeganistão, Iraque e outros.

CONCLUSÕES

O problema da corrupção na Petrobras não será resolvido somente com a punição dos envolvidos flagrados na Operação Lava-Jato. Esse processo se desenvolveu durante décadas e teve um efeito danoso à Petrobrás e ao País. Os controladores das empresas se locupletaram à custa dela e do País. Eles causaram uma perda profunda na imagem da Companhia e têm que ressarcir a empresa, além de punidos.

A fragilização do sistema de planejamento e controle da Companhia permitiu que uma interferência de interesses espúrios - seja por consultorias, político-partidários e de governo, seja de multinacionais – nos levasse a essa situação de fragilidade financeira, de imagem e governança, apesar dos sucessos tecnológicos. Para melhorar temos que adotar novos processos de indicação dos Conselheiros de Administração, dos membros da Diretoria, e da Ouvidoria, que possa privilegiar sua competência, ética, idoneidade, independência e



profundo comprometimento com a razão de ser da Petrobras, social e estratégica.

Lamentamos que os nossos inúmeros alertas e advertências externadas para esta egrégia Assembléia, fruto da experiência e conhecimento de nossos associados, pessoas comprometidas com a Petrobras, não tenham tido a devida consideração por parte de suas Administrações. Se isso tivesse ocorrido, provavelmente boa parcela desses problemas teria sido evitada.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2015

Fernando Siqueira

Vice-Presidente e Representante da AEPET